

JANEIRO - ABRIL 1997



Roteiros

27. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



Ressurreição de Cristo de Gregório Lopes (Retábulo de Santos o Novo) Lisboa — Museu de Arte Antiga
A Ressurreição de Cristo, triunfo sobre a morte, é penhor da nossa vida com Cristo, é a Vida Eterna e o penhor do nosso triunfo sobre a morte — O Cristão é otimista e espera o melhor futuro



MACAU E TIMOR LUSOS ESPECÍFICOS NA NOSSA HISTÓRIA: *ADRIANO MOREIRA*

A Constituição da República tem disposições que consideram especialmente os casos de Macau (artigo 292) e de Timor (artigo 293), os últimos territórios da definição territorial do império que também figuravam na Constituição de 1933. Por razões que importa recordar, ambos ficaram à margem da descolonização de 1974, porque os factos excluíam a lógica do movimento revolucionário: Macau porque a China não admitiu nunca que a Cidade do Santo Nome de Deus fosse tratada como colónia, nem pela ONU, nem pela soberania portuguesa, nem pelo Movimento das Forças Armadas e autoridades subsequentes, e decidiu controlar o retorno de todos os territórios dominados, ou que dizia dominados, pelos ocidentais à sua soberania, intervindo na definição do quando e do como; Timor porque o processo da revolução portuguesa foi abortado pela Indonésia, que invadiu, conquistou e integrou o território no seu espaço soberano, com violação do direito internacional, e dizimou a população cometendo um crime contra a humanidade.

Tratados pelo legislador constitucional de 1976 como excepção, que eram, também por isso ficaram submetidos a um regime específico porque não entravam na definição unitária do território nacional (artigos 5.º e 6.º): para ambos os casos adoptou a figura do território sob administração, embora sem um sentido uniforme. Para entender a definição do estatuto de Macau é necessário recorrer aos velhos conceitos do século passado sobre as concessões, de Marnoco e Sousa, Rui Ulrich, Almeida Garrett, e que correspondem melhor ao entendimento chinês de sempre; para Timor, a remissão para o direito internacional, e para «o direito à autodeterminação e indepen-

dência de Timor-Leste» implica o recurso à carta da ONU e à figura da Potência Administrante, que Portugal tem invocado sem contestação.

A especificidade de Macau traduziu-se numa definição do executivo que exclui a competência corrente do governo nos negócios internos; e para Timor, uma Comissão eventual procurou corresponder à transitoriedade da administração da Carta da ONU, ficando no texto constitucional a referência que corresponde às responsabilidades históricas e morais de Portugal, quer pelo passado quer pela situação actual dos timorenses. Os factos têm evoluído em termos de as excepções se transformarem em temas principais da política externa portuguesa, de modo que o Governo, em relação com a recente visita de Estado à China, reafirmou a intenção de rever a Constituição em termos de assumir a total jurisdição de Macau; e ali assumiu, no contexto da visita, que a responsabilidade por Timor afecta a sua política geral, porque admitiu que a questão dos direitos do homem não lhe consente, sem consequências a evitar, manter um rigor igual para as duas administrações. Em relação a Macau vai ser necessário seguir muito de perto a fiabilidade do regime de direitos e garantias que ficará formalmente estabelecido, sem perder de vista que é imprevisível a evolução interna chinesa da relação entre a privatização da economia e a manutenção da sede marxista e maoísta do poder. Os mais finos observadores, e os mais experimentados estadistas, não se atreveram a afirmar sequer a probabilidade da evolução nos casos semelhantes deste século, e não é de supor que a maior sabedoria venha fixar residência entre nós, porque ser sinólogo não é uma ambição fácil de satisfazer. No caso de Timor, sempre pareceu à generalidade dos intervenientes que Portugal, que não pode, pelas responsabilidades históricas e morais, e pela qualidade assumida de potência administrante, ceder nos direitos

dos timorenses, quer como povo, quer como homens, assumiu nessa função desafios e debilidades que têm um preço algumas vezes elevado. Depara-se, por exemplo, com a Realpolitik dos seus parceiros na União Política Europeia, onde a Alemanha neste caso concreto mostrou não se esquecer de que a expressão é sua, devida a Ludwig von Rochau



As nossas naus navegando por oceanos desconhecidos

(Grundsätze der Realpolitik, 1853); e enquanto vai recuperando a soberania que perdeu em 1945, acompanha os EUA e a Austrália no tratado dos timorenses como povo dispensável. A questão dos direitos do homem foi aparecendo gradualmente tratada pelo Governo como um patamar diferente da autodeterminação, e, agora, a relação objectiva entre as questões de Macau e Timor, traduziu-se numa questão pragmática do mais grave de todos os temas, provocando inquietações, e designadamente uma declaração com raros precedentes da Conferência Episcopal sobre os direitos do homem. As antigas proclamadas excepções — Macau e Timor — afiguram-se questões centrais da política externa portuguesa, e por isso tem fundamento rever, como se anuncia, a Constituição para assegurar a responsabilidade do Governo em Macau, tal como o tratamento de Timor por uma Comissão eventual não assegura a atenção exigida, e que a Assembleia não lhe regateia, mas que se transfere provadamente, visto o peso da questão, para as Comissões permanentes de Negócios Estrangeiros, de Defesa, e de Direitos, Liberdade e Garantias. Neste caso, e por renúncia sem qualquer dificuldade pessoal, pus a presidência da Comissão à disposição do Presidente da Assembleia da República para o ajudar na reformulação, porque o novo contexto exige repensar as formas de apoiar por igual os direitos dos macaenses e timorenses, como povos, e como homens, dando uma atenção séria à Conferência Episcopal, por razões de Estado muito claras. É que a posição da Igreja Católica em Timor deriva directamente do Acordo Missionário que esteve em vigor até 1974, e tem de considerar-se natural e bem-vinda toda a manifestação pública e inequívoca de apoio à missão, que muitos consideraram impossível, mas é seguramente difícil, de integrar os timorenses na plena protecção do direito internacional. Sobre tudo nesta data, porque está marcada uma peregrinação de indonésios e timorenses, acompanhados de um Embai-

xador indonésio, ao santuário de Fátima, e o Governo português não pode recusar os vistos, por um lado reconhecendo, com apoio do Presidente da República, um direito aos crentes, e por outro lado fazendo apelo ao conceito das medidas de confiança desejadas nas negociações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, um acreditado profissional que lida com a fé dos outros com o mesmo desembaraço com que lida com o genocídio. É evidente que tal ministro está seguro de que não trataremos os que vêm manifestar a sua fé em Fátima, como o seu Governo tratou em Santa Cruz os fiéis à intervenção protectora de Portugal. Mas é necessário ver esta questão das medidas de confiança. Nos termos do Capítulo XI da Carta da ONU, a potência administrante tem não apenas o dever de exercer uma acção governativa orientada pelos objectivos da ONU, como tem o dever de relatar regularmente, ao Secretário-Geral, amplas informações sobre as condições económicas, sociais e educativas dos territórios pelos quais seja responsável. A situação do território de Timor impede totalmente Portugal de exercer as suas competências, e de desempenhar-se das suas responsabilidades, de que só a ONU o poderia dispensar, desde que se atreva, ou quando se atrever a dar o caso por consumado. É o opressor indonésio que tem de praticar medidas de confiança, para se reabilitar para o diálogo, e para tal não serve mostrar que confia no comportamento português em relação aos peregrinos que nos envia. E por isso, no exercício das responsabilidades da soberania, temos de ser rigorosos no sentido de evitar que estejam a ser usadas e desfeiteadas, com frieza diplomática profissional, a dignidade dos valores cristãos portugueses, a dignidade da cultura portuguesa, a fé daqueles que naquelas paragens, e em vários lugares e povos, praticam ter recebido a Mensagem de Fátima, porque tudo isto é do foro da Declaração Universal dos Direitos do Homem, respeitadora das diversidades culturais. Por isso parece apropriado que a sociedade civil portuguesa apoiada pelas autoridades, e o povo de Deus com os seus ministros, acolham essa peregrinação, que lembrou ao Governo indonésio, com uma significativa jornada de acolhimento em Fátima, inteiramente dedicada a Timor e aos direitos do homem. Poderá ser, provavelmente, o mais importante dos sinais enviado à comunidade internacional. Em todo o mundo se ficará a saber por quem os sinos dobram.

ADRIANO MOREIRA



TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

de Adriano Moreira

*

Adquira e leia o 1.º livro escrito em Portugal sobre Ciência Política

*

Peça o seu exemplar ao Instituto D. João de Castro

Rua D. Francisco de Almeida, 49 — 1400 LISBOA

Telef.: 302 17 28

MACAU — A ÚLTIMA LUZ DO OCIDENTE QUE SE APAGA NA ÁSIA ORIENTAL

Macau foi a única cidade criada pelos Portugueses na Ásia Oriental, de aí ser considerada a «Pérola do Oriente».

Após uma acção de limpeza da pirataria que infestava a navegação comercial do delta do Rio Azul, em 1554 Leonel de Sousa consegue das autoridades chinesas licença para estabelecer um entreposto comercial pagando às autoridades chinesas 10% da venda dos produtos vendidos. Em 1556 fez-se nova limpeza da pirataria que ameaçava a cidade nascente e em 1557 começou a construir-se a cidade no porto de Macoão. Em 1564 travou-se nova batalha contra a pirataria que infestava aquela zona marítima e organiza-se a vida administrativa da cidade, ao modo de «Cidade Estado», assumindo os comerciantes a parte administrativa e judicial através de eleição directa, ficando a defesa militar a cargo do Governador Militar, que representava a suprema autoridade no Oriente, o Vice-Rei da Índia, que residia em Goa e a Coroa em Lisboa.

Macau representa um caso único na nossa história, devido ao factor distância de Goa e de Lisboa.

A vida da cidade desenvolveu-se rapidamente nas 4 áreas fundamentais: a cívica, a comercial, a religiosa e a cultural.

Um elo porém comum ligava aos seus habitantes, a união de todos, visto não poderem esperar auxílio de ninguém, dada a distância que os separava de Maláca e Goa.

O Senado e o Bispo seriam a expressão viva dessa união.

Os Padres Jesuítas vão desempenhar uma função importante na cidade unindo a vida religiosa à cultura, constituindo um elemento unitivo das diferentes classes sociais. De facto a «união faz a força».

O 1.º Sacerdote Jesuíta que representava o Bispo de Malaca, chegou em 1555, formando-se a 1.ª Comunidade em 1563; em 1565 criava-se a 1.ª escola onde se ensinava a ler e escrever o latim e o português.

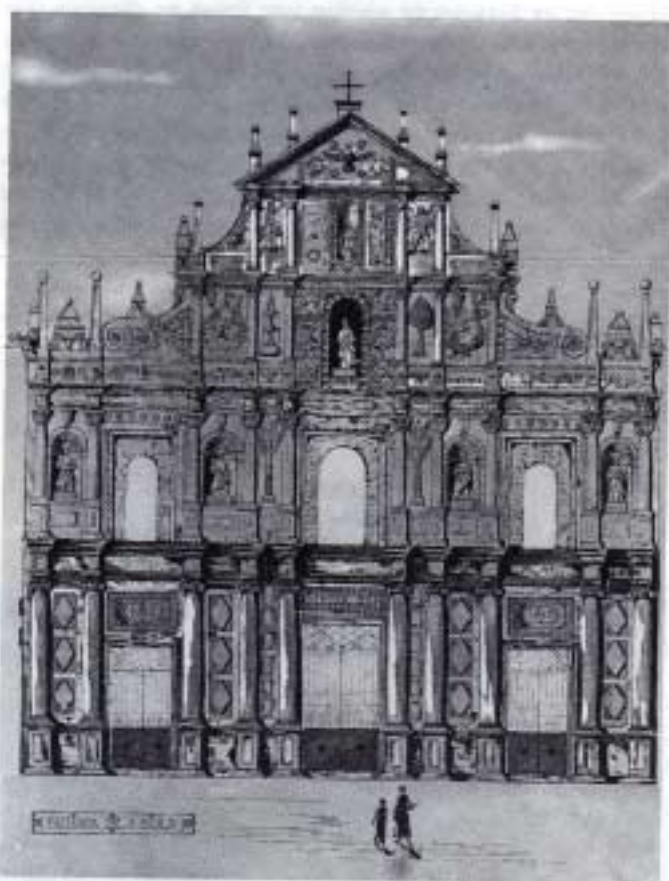
Com a vinda do 1.º Bispo D. Melchior Carneiro em 1568 deu-se um incremento à Comunidade dos Padres Jesuítas e alargou-se o ensino dessa 1.ª Escola. Em 1577 a Escola era já frequentada por 150 estudantes. Com a elevação de Macau a cidade em 1586 com os mesmos privilégios de Évora tinha também Universidade dirigida pelos Padres Jesuítas, a Escola converteu-se em Colégio em 1594. Alargaram-se as instalações à custa do Senado e da colaboração dos comerciantes de Macau, dando-se por terminadas em 1595.

A razão apontada era a necessidade de alargar o ensino aos estudantes japoneses, tomando assim contacto com a cultura ocidental. Em 1595 o Colégio tinha 80 estudantes devidamente instalados em quartos individuais e a Comunidade dos Professores.

Os Cursos foram devidamente estruturados ao modo de Coimbra, uns eram dirigidos à formação sacerdotal e outros à formação de estudantes laicos.

Ensinava-se Latim, Retórica, Teologia Dogmática e Moral; A Filosofia que cuaprendia a Lógica e a Metafísica;

O Colégio alargou o ensino à Física, às Matemáticas, à Música, à Pintura e Escultura.



Fachada da Igreja da Madre de Deus, esculturas pelos artistas das Cargas de Escultura e Arquitectura que funcionavam no Colégio de S. Paulo - 1.ª Universidade do Extremo Oriente (1594)

Tinha grande interesse o ensino das Matemáticas e da Física porque os melhores estudantes eram destinados mais tarde, ao «Tribunal das Matemáticas», tendo à sua conta as instalações do Observatório Astronómico Imperial de Pequim, que tinha grande fama em todo o Oriente, por ser o único no seu tempo.

O Colégio dava graus académicos com grande pompa, imitando a praxe de Coimbra.

Macau desempenhou no Oriente uma missão importante no comércio, na ciência, na cultura, e expansão cristã.

Os cursos de Música, Pintura e Escultura produziram artistas de elevado grau artístico, especialmente o Curso de Pintura.

Ao lado do Colégio surgiu a magnífica igreja da Madre de Deus, construída em 1602. O Colégio adquiriu grande fama: Em 1636 o Pe. Cardim, após uma visita ao Colégio afirmou: «Na igreja do Colégio dá-se o grau de Mestre em Artes aos que merecem, vindo de suas terras os candidatos acompanhados dos amigos e padrinhos, todos a cavalo com suas charamelas, como é costume nas Universidades da Europa — O Colégio da Companhia de Jesus é Universidade, ensinando desde os primeiros elementos até à Teologia, dando o Grau de Doutor».

Esta primeira Universidade do Oriente funcionou até 1762 em que por lei régia de D. José I, expulsou os Jesuítas de Macau, como o Marquês de Pombal os tinha expulsado da Universidade de Évora em 1755 e de todos

os outros Colégios que mantinham em todo o território nacional «aquém e além mar».

Não há dúvida, que a cultura nacional desceu com essas determinações do Marquês de Pombal e de D. José.

Em 1836 os edifícios do Colégio de S. Paulo e da magnífica igreja da Madre de Deus desapareceram devido a um incêndio e hoje quando visitamos Macau, visitamos a altaneira fachada da igreja da Madre de Deus, «ex-livris» da cidade e onde ficaram algumas obras dos alunos de Escultura.

Assim podem morrer grandes instituições pelo ódio e inveja, que dão *em perseguição e morte*.

Macau, a cidade que os portugueses construíram, passará para o domínio chinês no fim do século, mas lá ficará a imagem da 1.ª Universidade fundada pelos portugueses do século XVI.

Lisboa 15/3/97

Pe. Joaquim António de Aguiar

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Europa em Formação — Adriano Moreira	2.500\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes, Coordenação de Armando Cortesão e de Luís Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16588 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FATIMA:

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

MERCOSUL — EXPERIÊNCIA VÁLIDA

Nota da Direção

É com todo interesse que publicamos em Roteiros o artigo do Sr. Embaixador Dr. Dário Moreira de Castro Alves sobre «Mercosul», a Comunidade Económica de 4 países da América do Sul, tendo-se alargado em Janeiro do C. ano a mais 2 países.

Auguramos à nova Comunidade Económica da América do Sul os melhores resultados na legítima defesa dos direitos de seus cidadãos, numa área tão importante e abrangente como é a económica.



Dois anos de negociações se passaram até que, em 26 de Março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram em Assunção, no Paraguai, o tratado que deu por criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul). As origens próximas do processo se radicavam nos acordos de integração ensaiada e praticada pela Argentina e pelo Brasil na década de 1976 a 1985. Essa fase foi marcada por entendimentos e tentativas de natureza sectorial para dar conformidade ao princípio de que,

para crescer, é necessário associar-se. Assim, Brasil e Argentina, os dois gigantes da América do Sul, cuja economia representa 98% do Mercosul, actuaram como locomotiva do importante passo dado no sentido da integração económica naquela parte do Continente. Havendo o acordo entrado em vigor naquele mesmo ano, constituem os quatro países um mercado de 200 milhões de habitantes — 65% da população da América do Sul, 44% de toda a América Latina — com um produto interno bruto total de 700 mil milhões de dólares (para avaliação, o de Portugal é de 91 mil milhões de dólares) e uma renda *per capita* da ordem de 3.600 dólares.

De 1991 a 1994 decorreu para o Mercosul a fase de transição durante a qual, com excepção de para um número reduzido de produtos, as tarifas vigentes entre os quatro países caíram a zero. E até ao ano de 2006, todas as tarifas entre os quatro estarão de todo eliminadas. Desde 1 de Janeiro de 1995, configurando um futuro perfil de completa união aduaneira, entrou em vigor o regime de tarifa externa comum para 85% dos bens exportados. O Mercosul foi criado — como o assinala Henrique Iglesias, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem sede em Washington — numa perspectiva oposta a conceitos defensivos. Isto é, foi concebido de modo «a facilitar uma inserção competitiva de seus membros na economia global e, nesse sentido, é um instrumento a mais da política de abertura que aqueles países abraçaram a partir do fim da década passada». Na verdade, a história recente prova que são parte da presente agenda do Mercosul os esforços, com êxitos já alcançados e/ou por se concretizarem, no sentido de se estabelecerem vinculações com outros países e outras áreas de integração, como já veremos.

Desde 1.º de Outubro do ano passado e a partir de 1.º de Janeiro de 1997, Chile e Bolívia, respectivamente, já têm um

pé no Mercosul com a entrada em vigor de acordos de desagrevamento tarifário recíproco, embora não abrangendo imediatamente a totalidade dos produtos trocados. No caso da Bolívia, segundo o acordo assinado em 17 de Dezembro de 1996, em Fortaleza, no Brasil, 95% das exportações bolivianas são favorecidas de imediato pelos quatro países do Mercosul e 50% dos produtos do grupo dos quatro terão livre tratamento aduaneiro na Bolívia. O desarmamento tarifário completo entre a Bolívia e os quatro tem previsão de ser atingido em 2015. O Mercosul superou de muito, em seu dinamismo, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Pacto Andino. Não veio afectar negativamente o Mercosul a criação do TLC (Tratado de Livre Comércio) (NAFTA, por suas iniciais em inglês), assinado em 1993 pelos EUA, Canadá e México, e que entrou em vigor em 1.º de Janeiro de 1994.

Com o Peru estão em curso conversações que tendem à conclusão de um acordo de livre comércio. É uma linha de acção externa do Mercosul, segundo o especialista brasileiro Embaixador Jório Dauster, apontar para o objectivo de constituir uma ampla área de comércio em toda a América do Sul, dando sequência aos entendimentos já iniciados com a Venezuela bem como com o Pacto Andino em seu conjunto. Em outro plano ainda mais amplo, na esteira das decisões tomadas pela Conferência de Miami, de Dezembro de 1994, os países do Mercosul deverão participar dos trabalhos conducentes ao estabelecimento de uma zona de comércio de todo o Hemisfério, cuidando sempre de salvaguardar sua condição



Rio de Janeiro e sua Catedral

de *building block* naquele processo. O Mercosul deverá zelar por manter fortalecido seu diálogo com os EUA no formato «4 + 1», ou mesmo «4 + 3», isto é, com os três países do TLC-EUA, Canadá e México. É indiscutível o êxito que tem marcado o percurso do Mercosul. Como consequência do processo liberatório das trocas comerciais intra-Mercosul, o intercâmbio de bens aumentou de 4.100 mil milhões de dólares, em 1990, para 14.300 mil milhões em 1995, isto é, triplicou no espaço de um lustro. E nesse período, o comércio do Mercosul com o resto do mundo aumentou em 70%.

O dinamismo também se fez presente no processo de entendimentos e vinculações com a União Europeia. O relacionamento do Mercosul com a União Europeia alcançou novo patamar em Dezembro de 1995, quando foram assinados em Madrid o Acordo-Quatro Inter-Regional de Cooperação e a Declaração Política Conjunta, que passarão a ser arcabouço que regerá e disciplinará o processo de adensar o

diálogo e a cooperação entre os dois agrupamentos. Esse processo pode trazer em seu bojo o projecto ousado — que requererá decurso de tempo, evoluções naturais e muita negociação — que conduzem, num estágio ulterior, a uma zona de livre comércio entre os dois sistemas.

De qualquer forma cabe esperar, que o Mercosul continue bafejado pelos ventos de êxito que marcaram sua existência de seis anos apenas, em que foram «queimadas etapas» com vista à concretização de propósitos integracionistas na importante região do cone sul da América meridional. A consciência da integração está formada na América do Sul. A experiência, que já valeu, promete muito mais.

Dário Moreira de Castro Alves

Embaixador brasileiro reformado, residente em Lisboa, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

D. GABRIEL DE SOUSA,

ACADÉMICO DE NÚMERO E MEMBRO DO CONSELHO
ACADÉMICO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DE CULTURA
PORTUGUESA — Faleceu no Porto em 23-1-1997

D. Gabriel nascido em família humilde e ficando órfão de pai e mãe ainda adolescente, foi uma figura nacional que desempenhou a alta função de D. Abade do único Mosteiro da Ordem Beneditina em Portugal, que se autonomizou da Congregação de St.º André da Bélgica.

Durante os 18 anos de Abade de Singeverga desenvolveu a Ordem Beneditina, criando várias «Celas», e a Missão do Moxico, depois Diocese do Luso, seguindo a velha tradição beneditina da «Evangelização».

Em 1954 quando foi criada a CNIR (Conferência Nacional dos Institutos Religiosos em Portugal, foi eleito o seu 1.º Presidente realizando neste 1.º mandato o 1.º Congresso Nacional dos Religiosos com a colaboração da CNIRF em Lisboa, na semana da Páscoa de 1958, em que participaram uns 2.000 membros de todas as Congregações Religiosas Masculinas e Femininas estabelecidas em Portugal.

Nesse mesmo ano inaugurou-se o novo Mosteiro de Singeverga.

Homem dotado duma larga e profunda cultura foi solicitado para a pregação de retiros ao clero, ordens religiosas e Episcopado e Conferências por diferentes organizações. Em Dezembro de 1966 renunciou à Abadia de Singeverga e foi convidado para Secretário da Conferência Episcopal Angolana e Professor de Liturgia e outras cadeiras do Seminário Maior de Luanda.

Em 1970 regressou a Portugal reintegrando na «Cela» de S. Bento do Porto.

Nesta última época da sua vida, além da direcção espiritual de muitos fiéis que o procuravam, foi colaborador assíduo de várias revistas onde publicou centenas de estudos, destacando-se a revista «Ora et Labora» editada no Mosteiro de S. Bento de Singeverga.

Foi eleito Sócio Emérito da Academia Portuguesa de História, sendo declarado cidadão Honorário de Núrcia, cidade onde nasceu S. Bento e de St. Tirso.

Na Academia Internacional da Cultura Portuguesa era Académico de Número e Vogal do Conselho Académico.

Faleceu em 23 de Janeiro de 1997 no Porto,
Descanse em Paz o ilustre académico e incansável trabalhador que nos deixou um grande expódio cultural publicado em muitas revistas e jornais.

Lisboa 10-2-97

A DIRECÇÃO DE «ROTEIROS»

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar
António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Tel. e fax 348 47 20 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

REUNIÃO ESPECIAL DO SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA

CONVENTO DA ARRÁBIDA — 5-7 DE NOVEMBRO DE 1996

O Seminário de Tropicologia é uma instituição científica cultural criada há 30 anos no Recife por Gilberto Freyre, cuja apresentação não é necessário fazer, pois é bem conhecido em Portugal pelos estudos sociológicos ligados aos Trópicos. Gilberto Freyre esteve imensas vezes em Portugal onde era recebido com grande amizade e estima nos meios científicos e culturais. Numa das suas muitas visitas a Lisboa honrou-nos com a sua presença no Colégio Universitário Pio XII onde pronunciou uma das suas conferências em que a sala foi pequena.

Passados 30 anos sobre a sua fundação, esta promoveu no Convento da Arrábida uma Reunião Especial em colaboração com a Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Oriente e Universidade Internacional sobre o tema «Os Trópicos e o Século XXI».

Entre os variados temas e as muitas intervenções destacamos:

Josué Souto Maior Mussalém — Economista — «Perspectivas sócio-económicas para os países tropicais no século XXI.»

Adriano Moreira — Cientista Político — «Perspectivas geopolíticas para as nações do mundo tropical no século XXI.»

José Veiga Simão — Educador — «Portugal e o mundo tropical no limiar do século XXI.»

Além da comemoração dos 30 anos de funcionamento do Seminário de Tropicologia, esta Reunião Especial teve também o sentido de uma homenagem ao Professor Doutor Almerindo Lessa, um dos fundadores da Universidade Internacional, ilustre estudioso dos Trópicos e grande Amigo do Brasil.

Participaram nesta Reunião Especial, entre outros.

Participantes do Brasil

Fernando de Mello Freyre — Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Maria Madalena de Mello Freyre — Presidente da Fundação Gilberto Freyre

Sebastião Vila Nova — Coordenador Geral

Sílvio Soares da Silva — Coordenador Adjunto

Seminaristas do Brasil

Abraham Benzaquen Sicsú — Engenheiro e economista

Edson Mororó Moura — Empresário e químico industrial

Edson Nery da Fonseca — Escritor e documentalista

Josué Souto Maior Mussalém — Economista

Reinaldo da Rosa Borges de Oliveira — Teatrólogo e médico

Participantes de Portugal

João Pereira Neto — Coordenador Geral

Manuel Armando de Oliveira — Coordenador Adjunto

Seminaristas de Portugal

Adelino Maltez — Cientista Político

Almirante Antônio Sachetti — Estrategista

João Pereira Neto — Antropólogo

Justino Mendes de Almeida — Professor de Literatura Portuguesa

Professor António Dias Farinha — Historiador

Joaquim António de Manico — Professor e Académico

Pe. Joaquim António de Aguiar — Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Esta reunião Especial do Seminário de Tropicologia somente foi possível graças ao apoio financeiro concedido pela Fundação Oriente, pela Universidade Internacional e pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Pe. Joaquim António de Aguiar

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosa e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhe uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma refeição elaborada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

LISBOA - Av. Interla Santa, 25 - 127.º Esq. - Telef. 67 47 35 - Telex 19757 Gertal P 12600 - 1100 Lisboa
PORTO - Rua Gonçalo Sampaio, 189 - Telef. 69 99 03 - Telex 22420 Gertal P Porto - 4100 Porto

DESTACADO INVESTIGADOR DO BRASIL JOHANN NATTERER (1787-1843)

Publicamos neste n.º de «Roteiros» este estudo de grande interesse, relativo a um trabalho pioneiro realizado por um conjunto de investigadores do Centro de Europa e da Rússia que estudaram principalmente a botânica, a zoologia, a entomologia e ornitologia brasileiras no século XIX, pois sem grandes apoios logísticos, a não ser o seu entusiasmo pelo estudo científico. O Prof. Dr. Boris N. Komissorov é um dos Professores da Faculdade de Letras de St. Petersburgo e membro do nosso Centro Cultural Luso-Brasileiro.

Aqui fica o nosso agradecimento por esta preciosa colaboração.

A Direcção



O Brasil foi descoberto três vezes, por primeira vez — para o homem, quando este, muitos milénios antes a nossa era descendendo de Alasca, pisou o seu solo, por segunda vez — para a humanidade, em 1500, por Pedro Álvares Cabral; e, finalmente, foi descoberto por terceira vez para a ciência, no primeiro terço do século XIX, quando o Príncipe-regente D. João, passando com toda a sua corte para além do oceano,

mandou abrir os portos do Brasil para os navios estrangeiros. Os cientistas europeus não deixaram de aproveitar a possibilidade de começar a investigação do mundo brasileiro, pouco antes vedado para eles. Os ingleses John Mawe, Henry Koster, John Luccock, William Swainson, os alemães Wilhelm Eschwege, Friedrich Sellow, Maximilian zu Wied-Neuwied Ignaz von Olfers, os franceses Pierre Dalalande, August de Saint-Hilaire, o académico russo de origem alemã Georg von Langsdorff, Georg Freyreiss, que também recolhia materiais para os muséus da Rússia, e muitos outros chegaram ao Brasil logo nos primeiros anos da «terceira descoberta», em pós dos Braganças.

Mas isso era só o começo. Em 1817, na comitiva da filha do Imperador da Áustria Franz I arquiduquesa Leopoldina, que se casara com o filho mais velho de D. João, o Príncipe Pedro, chegou ao Brasil a expedição austro-hávara. Da parte da Áustria formavam, parte dela o zoólogo Johann Natterer, o botânico Johann Pohl, o entomólogo e botânico Johann Mikan, o jardineiro Heinrich Schott, o caçador Dominique Sochor, os pintores Thomas Ender, e Johann Buchberger. A Baviera era representada

pelo zoólogo Johann Spix e o botânico Karl Martius. Entre os recém-chegados estava também o botânico florentino Giuseppe Raddi.

O destino destes homens de ciência, os primeiros descobridores dos trópicos brasileiros, tomou rumos diversos. Uns morreram logo após o seu regresso à Europa, outros gozaram fama bem merecida. Saint-Hilaire, por exemplo, deixou uma interessante descrição do Brasil em muitos volumes. Foi brilhante a actividade de Martius, que mereceu o sobrenome de «pai das palmeiras». Mas depois dos acontecimentos de 1821-1822, quando a corte portuguesa regressou a Lisboa, e o Brasil declarou a sua independência, quase todos os investigadores estrangeiros abandonaram este país: o jovem império conheceu um curto, mas difícil período de não aceitação (1825-1826). No Brasil só ficaram Langsdorff, que encabeçava uma numerosa expedição russa (1), e Natterer com o seu amigo Sochor. A duração e a intensidade de investigações de Langsdorff e Natterer nunca foram superadas. O primeiro passou no Brasil 17, o segundo — 18 anos da sua vida. Os dois conheciam-se bem, tinham uma alta ideia um do outro, mas, infelizmente, os dois ficaram ignorados. Mas se, em relação a Langsdorff, esta injustiça já foi, em grande medida remunerada (2), não sucedeu o mesmo quanto a Natterer, a quem a história da ciência ainda fica devendo muito. A presente comunicação é uma tentativa de apresentar alguns dados sobre este eminente naturalista.

Natterer nasceu a 9 de Novembro de 1787, em Luxemburgo, perto de Viena. O seu pai, Joseph Natterer (1754-1823) era falcocero na corte de Joseph II, mas ocupava-se também em



A Baixa do Rio de Janeiro

reunir colecções entomológicas e ornitológicas. Estas colecções adquiriram, com o tempo, tanto valor, que foram compradas, em 1793, pelo Imperador e instaladas num gabinete especial, cujo guardador foi nomeado o pai do futuro viajante. Sob a sua orientação Johann aprendeu a difícil arte de coleccionar e conservar os objectos naturais. Natterer recebeu uma instrução esmerada. Estudou no ginásio, depois ouviu cursos de química, botânica, anatomia, história natural na Academia Imperial da Universidade de Viena, aprendeu italiano, francês, inglês, tomou lições de desenho e pintura, em que revelara uma capacidade fora do comum.

Em 1806-1808 Natterer percorreu as terras do Habsburgo da Áustria, em 1809 acompanhou valiosas colecções zoológicas que foram transportadas de Viena a Hungria, para salvá-las da invasão Napoleónica, em 1812-1814 viajou pelos estados da Itália, em 1815 visitou Paris, para conseguir que fossem devolvidas para a sua Pátria as colecções levadas pelos franceses. Em 1816 Natterer recebeu o posto de assistente do gabinete Imperial de História Natural fundado pelo seu pai. A sua designação para a expedição brasileira parece completamente lógica.

Os roteiros das viagens de Natterer abrangem quase todo o Brasil. Pelo seu comprimento devem considerar-se únicas na história da investigação deste país. Fora do alcance do viajante só ficariam os territórios dos estados actuais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Isto tem a sua explicação: o Sul do Brasil encontrava-se naquele tempo na zona dos conflitos militares causados pela delimitação das fronteiras. Essa contenda só foi terminada em 1828 pelo tratado entre o Brasil e a Argentina. Natterer também não esteve na costa do Atlântico. Planejava examiná-la desde Belém a Salvador, mas o movimento armado da Cabanagem na província do Pará, que começou em 1835, impediu a realização dos seus projectos. O viajante austríaco não pretendia visitar o trecho do litoral desde Salvador até Rio de Janeiro, porque já o tinha investigado Maximilian zu Wied-Neuwied.

A viagem de Natterer divide-se nitidamente em dez etapas. A primeira abrange o período desde Novembro de 1817 até Novembro de 1818. Neste período ele examinou as imediações de Rio de Janeiro. Acompanhavam-no Sochor e um outro caçador excelente, Luis, jovem escravo negro de Congo, que Natterer tinha comprado logo após a sua chegada ao Brasil. A segunda etapa começou em Novembro de 1818, e até Março de 1820 Natterer trabalhou na Ilha Grande, perto da costa da província de Rio de Janeiro, e na província de São Paulo. (*)

Em Julho de 1820 o viajante começou a investigar a parte oriental da província de São Paulo e chegou até Curitiba, hoje capital do Estado do Paraná. Naquela altura Natterer se tinha encontrado com Saint-Hilaire. «Ele conseguiu reunir uma enorme colecção de animais — anotava este último. — Filho do empalhador do Museu de Viena, destaca-se pelos seus conhecimentos e talentos, que superam o nível de um preparador comum. Homem frio, pouco comunicativo, calado, parece que é ocupado exclusivamente com a sua missão». (*)

A terceira etapa foi interrompida em Fevereiro de 1821 por ordem das autori-

dades da Áustria, que obrigava a regressar urgentemente a Europa. Natterer não obedeceu, declarando que continuaria a formação de colecções por conta própria. Instalou-se na povoação de Ipanema, onde tinha deixado as suas bagagens, e realizou de lá excursões radiais por aquelas regiões das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro que não visitara antes. Em Setembro de 1822 chegou de Viena a permissão de continuar as investigações e a promessa de meios necessários. Com isto foi concluída a quarta etapa. Agora Natterer tinha a possibilidade de dirigir-se às regiões centrais do país.

Em Outubro de 1822 Natterer partiu por terra através das províncias de Minas Gerais e Goiás para Mato Grosso. Em Dezembro de 1823 chegou a Guiabá. Esta grandiosa viagem formou a quinta etapa da epopeia brasileira de Natterer.

Em Janeiro de 1825 o viajante partiu na direcção de Oeste, para a Vila Bela de Mato Grosso (hoje Vila Bela da Santíssima Trindade), que ficou por muito tempo a base de Natterer. De lá ele efectuava longas viagens por aquela região, então quase despovoada.

A 19 de Novembro de 1825 até Langsdorff, que se encontrava com a sua expedição na cidade de Itu (província de São Paulo) chegaram notícias da morte de Natterer. «Nada é perfeito neste mundo — escreveu Langsdorff então no seu diário: — naquele mesmo momento, quando eu mentalmente já me aproximava do meu amigo Natterer, de quem me lembrava com frequência, pensando aproveitar as suas valiosas e educativas observações, recebi inesperadamente a notícia da sua morte. Tentava alongar esta ideia, que eu não era inclinado a aceitar. Seria uma considerável perda para a ciência. Natterer era o mais assíduo coleccionador no domínio da zoologia que eu tive o ensejo de conhecer. Era, ao mesmo tempo, uma pessoa modesta e despreziosa, alto grau, são qualidades raras que, sem embargo, permitem sempre distinguir entre um verdadeiro homem de ciência e um charlatão». (?)

Langsdorff compreendeu que aquele boato era falso quando, ao chegar em 1827 a Mato Grosso encontrou-me lá com Natterer. Mas o viajante austríaco não fora poupado de desgraças. Sochor adoeceu de uma forma grave de febre tropical e, apesar e todos os esforços de salvá-lo, faleceu em Dezembro



A Baixa de Camburi (Estrada do Espírito Santo)

de 1826. O mesmo Natterer também tinha adoecido. Ele tratava-se a si mesmo, lutava heroicamente contra a febre, e continuava a recolher materiais.

A sexta etapa da viagem de Natterer, que começou com a chegada a Vila Bela, durou até meados de Julho de 1829. A morte de Sochor, os ataques de febre tropical, a necessidade de enviar para a Europa as colecções já formadas adiaram o começo da navegação pelo Amazonas. Em Guaiabá, no Arquivo Público do Mato Grosso conservou-se a correspondência de Natterer com o Presidente da Província José Saturnino da Costa Pereira, como também a correspondência entre a administração local e central brasileira (*). Estes documentos estão ligados com a actividade do viajante em 1827-1828 e com os seus planos. Visam o abastecimento de Natterer com munições dos depósitos do estado, a transportação dos seus carregamentos, envio de colecções, frete de barcos. Há indicações sobre o propósito de Natterer de partir para Amazónia com um dos destacamentos da expedição de Langsdorff, de que formavam parte o botânico Ludwing Riedel e o pintor Adrian Taunay. Mas no começo de Janeiro de 1828 Taunay morreu afogado no rio Guaporé, e o plano não chegou a realizar-se. Nos primeiros dias de Abril Riedel começou sozinho a navegação por Guaporé, Mamoré e Madeira, e Natterer demorou-se em Mato Grosso para mais de um ano.

O viajante descreveu a sua actividade nesta província ao embaixador da Áustria Wenzel von Mareschal. No arquivo da Missão Brasileira Cristã em Vila Bela da Santíssima Trindade conservaram-se as cópias destas cartas, que datam, de 16 de Junho de 1826 (Vila Maria, hoje Cáseres), 28 de Maio de 1827 (Vila Bela), 8 e Janeiro de 1828 (Cuiabá) e 10 de Julho de 1829 (Vila Bela). (†)

A sétima etapa das investigações de Natterer durou de Julho a Novembro de 1829. O viajante passou pelos rios Guaporé, Marmoré e fixou-se na margem do Madeira, na povoação chamada Borba. No percurso foi preciso atravessar muitas cataratas, mais da dezena das quais eram de dimensões consideráveis. De Borba no dia 20 de Dezembro de 1829 Natterer mandou para Viena um relatório minucioso sobre essa navegação (*). Até Julho de 1830 Natterer efectuara excursões radiais, no fim de Agosto começou a descer pelo Madeira, depois subiu pelo Rio Negro até à povoação de Barcelos. Já corria o Agosto de 1831. Terminou a oitava etapa da viagem, que foi de uma importância decisiva na vida de Natterer; ele casou-se com Maria do Rego, brasileira, e neste mesmo ano nasceu a sua primeira filha Gertrude.

A nona etapa durou desde Setembro de 1831 até Agosto de 1834, e foi dedicada principalmente à investigação do Rio Branco. Natterer subiu até a desembocadura do rio Micajahl, e ainda mais alto, até a actual Boa Vista (Roraima) e os territórios que limitam com a Guiana Britânica (hoje Guiana). Depois começou a descer pelo Amazonas, deteve-se em Barra do Rio Negro, (hoje Manaus) e chegou a Vila de Tapajós (hoje Santarém).

A décima etapa da viagem foi a última, devido às circunstâncias desfavoráveis. Em Setembro de 1834 Natterer chegou a Belém, começou a recolher materiais nas imediações desta cidade e planejava empreender a investigação da Costa Atlântica, das províncias de Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e parte do litoral da Bahia, até a cidade do Salvador. De lá pretendia voltar a Rio de Janeiro por via marítima. Mas a sublevação da Cabanagem impossibilitou a realização desse projecto. O mesmo Natterer foi agredido pelos sublevados, que mataram todos os animais destinados ao jardim zoológico de Schoenbrunn, que o viajante pretendia embarcar em Belém.

Nos meados de Setembro de 1835 Natterer partiu num navio de guerra inglês de Belém rumo à Europa, tendo concedido liberdade ao seu escravo Luis. (†) Em Agosto de 1836 o viajante chegou a Áustria.

Os resultados dos trabalhos de Natterer, este herói solitário da época da história natural descritiva, foram simplesmente fenomenais. Ele trouxe 1729 vidros com helmintos, vermes, etc.; 1024 exemplares de moluscos; 409 crustáceos; 32 825 insectos; 1671 peixes; 1678 anfíbios; 12 293 aves de 1290 espécies (entre elas 205 espécies novas, o que formava aprox. a oitava parte das 1680 espécies que a ciência conhecia naquele tempo); de 1146 a 1179 de mamíferos, 205 espécies (73 delas novas); 125 exemplares de ovos; 192 exemplares de crâneos; 42 preparações zootómicas; 242 amostras de sementes; 147 amostras de madeira; 216 moedas; 1492 objectos etnográficos (roupa, adornos, louça, armas dos índios); Os cálculos mostraram que para recolher essa quantidade de materiais Natterer devia trabalhar sem dias feriados, sem descanso nos dias de doença, durante as viagens por terra e por água, e preparar diariamente duas aves, e um mamífero cada cinco dias. Qual devia ser a intensidade deste trabalho!

Pouco tempo após o seu regresso a Europa Natterer teve de passar por grandes desgraças. Morreram a sua mulher e duas crianças, que nasceram em Europa. A seu lado só ficou a pequena Gertrude.

Mas apesar das desgraças o investigador continuava a sua actividade heróica. Pretendia escrever uma vasta obra dedicada à ornitologia e com este fim visitou nos anos 1838-1840 os museus do Norte da Alemanha, da Dinamarca e da Suécia.

AGP
VIAGENS

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



**UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE**

Também trabalhou no museu Zoológico de São Petersburgo, Natterer fez conhecimento com o fundador e director do Museu, académico Fedor Brandt, encontrou-se com o guardador das colecções entomológicas Edouard Ménétrières, que tinha participado na expedição de Langsdorff nos anos 1822-1825. Mas não achou na capital russa este seu velho amigo. Em Maio de 1828 nas margens do rio Juruena Langsdorff, que tinha então 54 anos, perdera a memória em resultado de uma cruel febre tropical. Impossibilitado de continuar o seu trabalho, ele vivia em Freiburg, recebendo pensão do governo russo; o arquivo da expedição considerava-se perdido.

Como que pressentindo o próximo fim da sua vida, Natterer não se permitia nem um só dia de descanso. À viagem a Rússia seguiram visitas aos museus do Sul da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Holanda. Numa das suas viagens o cientista adoeceu devido a um resfriado. Natterer morreu de pneumonia a 17 de Junho de 1843, com a idade de 56 anos.

O tratado de ornitologia ficou inacabado. Parece que Natterer não se propunha fazer uma descrição completa das suas viagens. O incansável coleccionador não tinha publicado quase nada. Ainda em 1811 saiu um pequeno artigo seu dedicado à helmintologia (escrito com outro cientista), e após o regresso de Natterer do Brasil só apareceram publicados dois estudos: sobre o lepidosiren paradoxo e sobre os jacarés sudamericanos.

Parece que o destino de Natterer seguia o mesmo caminho que o destino de Langsdorff. Em 1848 um incêndio no gabinete de história natural de Viena, ligado durante mais de meio século com os nomes do falcão e seu filho, devorou a biblioteca, a colecção de esqueletos, uma parte da exposição ictológica, e, o que foi mais grave, todos os manuscritos e diários de Natterer do período brasileiro. O nome do investigador começou a cair no esquecimento. As suas maravilhosas colecções, poupadas pelo incêndio e pelo tempo, continuavam a ser intensamente aproveitadas na segunda metade do século XIX, por outros naturalistas, tais como J. Heckel, C. Diesing, J. Wagner, R. Kner, J. Schreber, F. Steindachner, August von Pelzein e, finalmente, pelo célebre investigador da Amazônia, fundador do famoso Museu de Belém Emílio Goeldi. Mas as enciclopédias, os dicionários e outras edições informativas nada diziam de Natterer. Nisto ele também se assemelhou a Langsdorff.

Foi Goeldi quem empreendeu a primeira tentativa de salvar do esquecimento Natterer e as suas viagens. Ele entrou em contacto com Gertrude, que se tinha casado e era baronesa von Schröckinger, e o seu esposo, Julius Schröckinger Ritter von Neudenberg. Goeldi publicou uma série de materiais apresentados por eles, acompanhados de seu prefácio, em 1896, em Belém.⁽¹⁰⁾ Em 1902 em São Paulo apareceu o artigo de H. Jhering sobre Natterer e Langsdorff.⁽¹¹⁾ Mas estas publicações, que saíram em revistas científicas especializadas, não trouxeram popularidade a Natterer.

Ao mesmo tempo que chegaram até nós materiais suficientes para criar um bem documentado estudo dedicado ao viajante austríaco. Uma prova disso são, por exemplo, as investigações do professor da Universidade de Brasília Amado Luis Cervo, que esteve na Áustria em 1988⁽¹²⁾. Ele comunicou, que no Arquivo do Estado de Viena (Haus-Hof und Staatsarchiv) conservaram-se 29 caixas contendo aprox. 15 mil documentos sobre a história das relações austro-luso-brasileiras dos anos 1814-1848. Entre eles pode haver materiais relacionados com Natterer. No Museu de Etnologia de Viena (Museum für Völkerkund) conserva-se a colecção etnográfica de Natterer, que se compõe aprox. de 2 000 objectos, pertencendo a 73 tribos índias. Lá se guardam também 60 cartas do viajante, 73 dicionários, mais exactamente, listas de palavras,

de 3 a 14 páginas, das línguas índias feitos por ele, e 6 páginas do diário de Natterer dos anos 1830-1831.

Em 1987 em relação com aniversário de 200 anos de Natterer neste Museu foi inaugurada uma exposição dedicada a ele.⁽¹³⁾

Em 1990 no Brasil foi fundada a Associação Internacional de Estudos Langsdorff (AIEL), com sede na cidade de Campinas (Estado de São Paulo). O seu objectivo, além da investigação e publicação do acervo mesmo Langsdorff, é também o estudo de outros acervos esquecidos dedicados à natureza, à povoação, à cultura e à economia do Brasil. Pesquisas sobre Natterer, realizadas por AIEL em alguns arquivos brasileiros, deram, como já foi indicado, interessantes resultados.

A criação de uma biografia completa de Johann Natterer seria uma prova de consideração a este abnegado investigador do mundo dos trópicos brasileiros.

(¹) (Komissarov B. N. Pervaia russakia ekspeditsiia v Braziliu. Leningrad, 1977).

(²) (Komissarov B. N. Grigorii Ivanovich Langsdorff. 1774-1852. Leningrad, 1975). Komissarov Boris. Da Sibéria a Amazônia: a vida de Langsdorff. Brasília, 1992; idem. Expedição Langsdorff — Acervo e fontes históricas. São Paulo — Brasília, 1994; idem. História da expedição Langsdorff no Brasil. Colaboração Denuzio Gil Bernardino da Silva. São Paulo, 1996.

(³) Pohl J. E. Reise im Innern von Brasilien, Bd. I. Wien, 1832, S. 125, 133-135.

(⁴) Saint-Hilaire A. de. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine, vol. I. Paris, 1851, p. 392-393.

(⁵) (Dnevnik russkoi kompleksnoi akademikes — Koi ekspeditsii v Braziliu v 1824-1826 gg. pod nachalom akademika G. I. Langsdorfa. Nauchnoe nasledstvo, t. 23. Moskva, 1995, s. 231. Esta edição, infelizmente, contém muitos erros. Por ex., os publicadores pensam que eram verdade os boatos sobre a morte de Natterer que chegaram até Langsdorff. Ver (B. A. Starostin. G. I. Langsdorf i ego mesto v razviti estestvoznaniia. — Op. cit., s. 14).

(⁶) Arquivo Público de Mato Grosso (Guiabá-MT), Livros de Registro dos avisos Imperiais, Cuyabá, 11/4/1827, N 1; 13/3/1828, 7 Aviso. N 4; Livro de registro de Offícios Expedidos ao Ministério dos Negócios do Império, Cuyabá, Of. N 22, 3/7/1827, fol. 51-51 v.; Of. N 3, 4/1/1828, fols. 66v.-67; Livro de Registro das Portarias 1827 a 1828, Cuyabá, 29/10/1827, fol. 95; 20/11/1827, fol. 103-103v.; 2/1/1828, fols. 123v.-124v.; 30/1/1828 fols. 138-139; Documentos Avulsos em Latas, L. 1827-A, 8/1/1827, N 1.

O Autor agradece ao Director do Arquivo Público do Mato Grosso na cidade de Cuiabá o Sr. Eitor Correia Rocha e o Sr. prof. da Universidade Federal de Mato Grosso Tomás Boaventura que lhe ajudaram a encontrar estes documentos.

(⁷) O Autor agradece ao Sr. Gustavo Adolfo Bringsken e ao Rectorado da universidade Federal de Mato Grosso que lhe deram a possibilidade de aproveitar estes materias.

(⁸) Arquivo da Missão Cristã Brasileira (Vila Bela da Santíssima Trindade — MF).

(⁹) Depois Luis serviu como caçador livre ao viajante inglês Alfred Wallace. Ver: Wallace Alfred R., Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro. London, 1853, p. 112-113.

(¹⁰) Goeldi Emílio A. Johannes von Natterer. Boletim do Museu Paraense da história Natural e Ethnographia, 1896, vol. 1, N 3, p. 189-217. Encontramos nesta publicação muita informação proveitosa.

(¹¹) Jhering H. Natterer e Langsdorff. Exploradores antigos do Estado de São Paulo. — Revista do Museu Paulista 1902, vol. 5, p. 13-34.

(¹²) O Autor agradece ao Sr. Prof. da Universidade de Brasília Victor Paes de Barros Leonardi que lhe deu a possibilidade de aproveitar estes materias.

(¹³) Johann Natterer — Gedächtnisausstellung aus Anlass seines 200. Geburtstages. Wien, 1987, 4 S.

Boris N. Komissarov

Prof. Dr. Boris N. Komissarov, ul. Ordjonikidze, 57, kv. 81, 197233, São Petersburgo, Rússia. Tel. (casa): (812) 127 91 58.